



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

O CONSELHO FISCAL DE UMA ASSOCIAÇÃO DE RECICLAGEM: DIFICULDADES NA APROPRIAÇÃO DAS ATIVIDADES POR PARTE DE SEUS MEMBROS

Área Temática: Teoria e Prática da Economia Solidária

Rafael P. Juliani¹, Leticia Q. Macca², Ana C. G. Borges³, Ana P. L. Bracaleoni⁴, Nayana P. C. Castellini⁵

1 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus Jaboticabal – UNESP – SP – rpjuliani@gmail.com

*2 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus Jaboticabal – UNESP – SP –
leticia_macca@hotmail.com*

3 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus Jaboticabal – UNESP – SP – acgiannini@uol.com.br

*4 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus Jaboticabal – UNESP – SP –
anapaula1977@hotmail.com*

*5 Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, campus Jaboticabal – UNESP – SP –
nanacravero@hotmail.com*

Resumo

Nas décadas de 80 e 90, o Estado brasileiro passa por uma reforma orientada pelos preceitos neoliberais, flexibilizando os contratos de trabalho e desresponsabilizando-o frente às demandas sociais. Assim, surge a Economia Solidária, visando a reorganização dos processos de trabalho e a propriedade dos meios de produção coletivos tendo por base a autogestão e os conceitos de igualdade, democracia e cooperação. Este molde de economia vem sendo utilizado por grupos de pessoas que, por terem alguma característica que as alija do mercado formal, não conseguem inserir-se em um emprego formal e garantir renda para suas famílias. Isso somado a um modelo de consumo que produz uma quantidade gritante de resíduos sólidos faz com que pessoas vejam no lixo uma oportunidade de gerarem emprego e renda. Com o surgimento das associações, como por exemplo, as ligadas à separação e venda de materiais recicláveis, surge também dificuldades internas e externas que impactam negativamente no empoderamento dos sujeitos envolvidos na administração. Através de uma metodologia qualitativa dentro dos moldes da pesquisa-ação, este trabalho objetiva identificar e analisar os fatores internos e externos que impactam negativamente no empoderamento das funções do Conselho Fiscal de uma Associação de Reciclagem de Jaboticabal-SP. Pôde-se observar que o grupo apresenta dificuldade em empoderar suas funções, em parte por preferir a gestão centrada em um “patrão” ao invés da autogestão e, também, por permitir interferências externas, ao repassar a terceiros suas obrigações. Isso impacta negativamente na apropriação das funções do Conselho Fiscal e, portanto na credibilidade da associação.

Palavras-chave: Autogestão; Economia Solidária; Associação de Reciclagem; Empoderamento de Funções.

1 Introdução

Nas décadas de 80 e 90, o Estado brasileiro passa por uma reforma orientada pelos preceitos neoliberais do Consenso de Washington, caracterizado pela abertura do mercado,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

flexibilização dos contratos de trabalho e, principalmente, pela desresponsabilização deste no que se refere ao atendimento das demandas sociais.

Segundo Fiori (1995), nestes últimos anos ocorreu de fato uma confluência e sucessão de acontecimentos nos planos econômico, político e ideológicos mundiais que acabaram abalando as bases em que se sustentavam as pilastras do *welfare state*, nos anos 50/80. Neste contexto, os Estados se reorganizaram, priorizando políticas de cunho neoliberal. Pantaleão Junior (2005) destaca que esta transição trouxe significativas mudanças nas relações e organizações da sociedade, resultando em precarização do trabalho, desemprego estrutural e aumento da pobreza. Por outro lado, intensificaram-se ações, objetivando a economia solidária, através de ONGs e entidades similares.

Esse período é marcado por um agravamento da crise econômica, com forte crescimento do desemprego e dos trabalhos informais, parciais e temporários, em decorrência do processo de desindustrialização e de reestruturação produtiva, assim como das novas políticas neoliberais. Este cenário acabou por favorecer a criação de estratégias, como os “empreendimentos solidários”, que fossem capazes de promover a geração de trabalho e renda para a população excluída do mercado de trabalho formal. (MAGRO; COUTINHO, 2008, p.2)

Para Pantaleão Júnior (2005), essas mudanças resultaram em significativa exclusão social. Assim, a economia solidária, em articulação com outras políticas públicas e sociais e outras esferas de direitos e ação de cidadania, compõe um campo alternativo de atuação e comum para a reflexão.

A economia solidária surge propondo a reorganização dos processos de trabalho e a propriedade dos meios de produção coletivos, tendo como princípios a autogestão, bem como a apropriação social e igualitária dos produtos do trabalho. Suas organizações são desenvolvidas com base nos conceitos de igualdade, democracia e cooperação e têm por objetivo a construção de um ambiente socialmente justo e sustentável.

A autogestão significa, antes de tudo, autodeterminação e autonomia do coletivo dos trabalhadores diretamente envolvidos no trabalho. É um movimento e uma forma organizacional de empreendimentos coletivos, em que se combinam cooperação do conjunto dos trabalhadores, diretamente envolvidos com o poder de decisão, sobre questões relativas ao negócio em todas as suas dimensões. Caracteriza-se como processo em construção, no qual o trabalho e a relação entre as pessoas devem resgatar seu dimensionamento humano, envolvendo sujeitos que produzem e decidem, ou seja, trata-se de uma administração democrática em que os trabalhadores têm acesso à informação de tudo o que acontece no empreendimento. (VERARDO, 2005)

Para Albuquerque (2003), trata-se de um exercício de poder compartilhado, que qualifica os sujeitos sociais, para a construção de relações mais horizontais.

Neste sentido, observa-se a necessidade de maior comprometimento dos integrantes na administração de tais empreendimentos e na apropriação dos meios de produção e dos resultados do trabalho, já que esse novo formato de organização pretende produzir nos sujeitos novos sentidos em relação aos processos de trabalho, diferentes daqueles vivenciados na tradicional relação empregado-patrão ou até mesmo na situação de desemprego.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

A dificuldade de obtenção de emprego formal atinge, principalmente, aquela parcela da população que tem baixa renda, baixa escolaridade, cultura desfavorecida, idade avançada, entre outros. Esses fatores dificultam ainda mais a inserção dessa população na perspectiva capitalista de produção e consumo.

Vale ressaltar, também, que o modelo de consumo atual impacta seriamente o ambiente em que vivemos na medida em que, para satisfazer nossos desejos de consumo, precisamos produzir um volume extremamente grande de lixo, que não recebe destinação e tratamento adequados. É inevitável a produção de lixo nas cidades e que os produtos industrializados são os maiores responsáveis pela geração de resíduos sólidos. Grande quantidade de plástico e embalagens em um mesmo produto, sacos plásticos para ensacar estes produtos e falta de conscientização e educação ambiental são exemplo de fatores que geram externalidades negativas à sociedade e ao meio ambiente.

É dentro de um contexto social de produção em larga escala, gerando enormes quantidades de lixo e resíduos sólidos, sem que haja o correto tratamento deste material, que surgem grupos de pessoas que veem nesta situação a possibilidade de se organizarem, formando cooperativas ou associações, segundo os preceitos da Economia Solidária (ES), para realizar a separação deste lixo. Aproveitam os materiais recicláveis descartados, destinando-os para a venda e, portanto, para a geração de renda para os membros envolvidos em tal processo.

Segundo dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005), a maior parte dos empreendimentos de ES está organizada sob a forma de associação (54%) e o principal motivo de sua criação é a alternativa ao desemprego (45%). Dentre as diversas áreas de atuação desses empreendimentos, os serviços de coleta e reciclagem de materiais representam cerca de 3% do total de EES e se localizam principalmente nas regiões Sul e Sudeste do país.

É nesse cenário que surge, em 2001, no Município de Jaboticabal, interior paulista, uma associação de reciclagem localizada em terreno cedido pela Prefeitura Municipal, ao lado do Aterro Sanitário local. Tal associação tem por objetivo realizar a triagem de parte do lixo encaminhado pelo serviço público ao aterro, para posteriormente comercializar o material reciclado e gerar renda para seus associados. A associação é composta por 21 pessoas, entre homens e mulheres, de faixa etária entre 25 a 60 anos. Vale destacar que apenas alguns dos associados possuem outras fontes de renda, sendo estes na sua maioria aposentados ou pensionistas. O nível de escolaridade do grupo é variado, prevalecendo aqueles associados que possuem baixo nível de escolaridade ou que são considerados analfabetos. Outra característica relevante do grupo é a presença do alcoolismo para parte de seus associados, o que afeta diretamente as relações entre os sujeitos e o processo produtivo em que eles se inserem. Não obstante, há os problemas pessoais de cada um dos membros que também fazem parte do dia-a-dia da associação. Parte dos associados destaca que o trabalho na associação é transitório, se justificando apenas enquanto não se insere no mercado de trabalho formal. Esta característica contribui para a grande rotatividade dos membros e para a falta de sentimento de grupo.

No ano de 2009, o Projeto Suporte, projeto de extensão universitária da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, da UNESP/Campus Jaboticabal, que trabalha com demandas de grupos sociais, especificamente com o desenvolvimento de processos de geração de



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

trabalho e renda e a formação pessoal voltada para a autogestão, tendo por base conceitos e princípios da Economia Solidária, teve um projeto aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Este projeto aprovado objetiva desenvolver e fortalecer a autogestão e a sua importância para a sustentabilidade da associação de reciclagem do município de Jaboticabal. É importante ressaltar o desconhecimento e/ou o não reconhecimento, por parte de alguns membros da associação, do que é um empreendimento de Economia Solidária. Assim, durante as reuniões semanais realizadas entre os participantes do Projeto Suporte e os associados, formaram-se grupos específicos de trabalho, entre eles um específico para discutir a função e a importância do Conselho Fiscal, bem como para levantar os problemas existentes no processo de trabalho e na relação entre os associados, discutindo formas de superá-los.

Diante do apresentado, o presente artigo tem por objetivo identificar e analisar os fatores internos e externos à Associação de Reciclagem de Jaboticabal que impactam negativamente no empoderamento das funções de seu Conselho Fiscal.

2. Metodologia

Utiliza-se metodologia qualitativa dentro dos moldes da pesquisa-ação que é um método participativo, que tem os sujeitos como ponto de partida, sendo estes participantes ativos de todo o processo. Assim, não se adotam intervenções padronizadas, sendo os instrumentos construídos coletivamente. Ainda segundo Thiollent (2000), pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada com estreita associação com uma ação ou com resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Dessa forma, tem-se como objetivo ultrapassar a mera transmissão de conhecimentos, buscando a criação de espaços para a conscientização, por parte do grupo, de seus efetivos papéis dentro da associação.

Os encontros com o grupo acontecem semanalmente, com a participação de alunos da Universidade. Os associados são divididos em grupos menores (no caso específico do Conselho Fiscal, de quatro integrantes) para que o trabalho e as discussões foquem no tema proposto. Estes encontros são registrados e discutidos posteriormente em reuniões com docentes da Universidade, constituindo o material que subsidiará a construção desse trabalho.

Para ilustrar melhor a situação descrita no trabalho, utilizaremos as falas dos próprios associados através de nomes fictícios. Os membros do grupo são Joaquim e Vanessa que também fazem parte do Conselho Fiscal, a associada Tatiana que é a tesoureira da Associação e o associado João.

3. Resultados e discussão

A associação objeto possui um Estatuto que propõe que sua administração seja estruturada em uma Diretoria composta por Presidente, Tesoureiro, Secretário, seguidos cada qual de seus



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

respectivos vices, e um Conselho Fiscal formado por 4 membros efetivos e 4 membros suplentes.

Vale ressaltar que parte importante da administração de uma associação é a fiscalização das contas apresentadas pela Tesouraria, pois isso garante transparência das contas e o adequado desenvolvimento das funções gerenciais. Desta forma, as associações, caso assim o optem em seu Estatuto, devem eleger entre seus membros efetivos pessoas para constituírem o Conselho Fiscal. Este, por sua vez, tem como funções básicas: examinar as contas e movimentações financeiras realizadas pela tesouraria da associação; participar das reuniões da Diretoria com direito a voz; verificar se os atos da Diretoria e da Gerência estão em harmonia com a Lei, com o Estatuto e com os interesses dos associados; convocar a Assembleia Geral quando ocorrerem motivos graves ou urgentes, a serem definidos em regimento interno e dar parecer por escrito, sobre o relatório, balanço e contas anuais apresentadas pela Diretoria. Características e funções essas que estão apresentadas na Legislação Brasileira, especificamente no Código Civil (Lei 10.406/2002).

No grupo acompanhado é visível a falta de empoderamento das funções fiscais por parte dos membros que compõe o atual Conselho Fiscal, visto que estes não cumprem com suas atividades como estabelecido no estatuto e no Código Civil Brasileiro. Funções como a fiscalização e acompanhamento das contas realizadas pela Tesouraria, bem como a escrituração em livro próprio e participação na apresentação de tais contas à Assembleia.

Pôde-se observar através das reuniões semanais com a Associação que existem fatores externos e internos que impossibilitam o empoderamento das funções, bem como as consequências para a atividade administrativa da associação.

3.1 Fatores internos

3.1.1 Dificuldade em reconhecer a autogestão

O primeiro ponto que vale destaque é a dificuldade dos associados em aceitar a atividade produtiva desempenhada por eles, como pode ser observado na fala a seguir:

A maioria das pessoas aqui não gosta desse tipo de serviço. Elas só trabalham aqui porque não tem opção, não tem onde trabalhar. Eu mesmo não falo pros outros que trabalho num aterro, tenho vergonha, acho um trabalho sujo. (Associada Vanessa)

Eles vêm a reciclagem, mais especificamente a separação do lixo para a obtenção do reciclado, como algo vergonhoso, não só frente às demais pessoas como para eles.

Outro ponto importante é a falta de conscientização quanto à importância de sua atividade e da reciclagem, pois grande parte dos membros da associação nem mesmo realizam a separação do material reciclado em suas próprias residências. Não separam o reciclado para levar até a associação, para que este material seja separado e vendido posteriormente. Tem vergonha da profissão que “lhes resta” e a realizam por simples necessidade de sobrevivência. Dessa forma o trabalho é apenas executado e não idealizado pelas pessoas envolvidas nele. Torna-se tarefa de execução e não processo de desenvolvimento econômico-pessoal.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

Quase a totalidade dos associados tem, em sua história de vida, passagem pelo mercado de trabalho formal, o que ressalta o entendimento de que as relações de trabalho devem dar-se através da relação patrão-empregado e, portanto, da situação de obediência do último para com o primeiro. Essa obediência se dá, em parte, pela crença de se ter “estabilidade” no emprego e garantia de ganho monetário fixo e real, situação que pode ser considerada como ilusória. No entanto, este é o sentimento que prevalece para a maior parte dos associados, inclusive daqueles ligados ao Conselho Fiscal. Desta forma, a autogestão é vista com insegurança e até mesmo desconfiança dentro do grupo.

É importante considerar que ao submeter-se a uma nova configuração de relação de trabalho, em que se tem como base a autogestão e o empoderamento como conceitos norteadores, há um confronto entre o novo e a experiência vivenciada ao longo de sua história de vida e trabalho. Além disso, com essa nova forma de organização, os associados passam a ser responsáveis pelas ações decisórias, precisando distanciar-se da situação de passividade para, assim, se constituírem como grupo.

3.1.2 O Patrão Fantasma – Necessidade de um líder nos moldes capitalistas

A figura do patrão é vista pelos associados como uma pessoa que detém maior conhecimento a cerca do trabalho executado, de seu funcionamento e organização, e que possui maior grau escolar, sendo assim, apto a resolver os problemas e tomar as decisões necessárias para o bom desenvolvimento do trabalho.

No grupo, há apenas uma pessoa que, para os associados, assume este papel. E isso ocorre não porque a associada age de forma a querer obter este papel, mas porque os próprios associados lhe garantem esta posição na medida em que possui várias das características acima citadas. Por ter um nível escolar maior, um entendimento maior do processo produtivo e, talvez, até por não ser financeiramente tão desprivilegiada como os demais, esta pessoa, vale ressaltar que do sexo feminino, é vista como o “patrão” da associação e, por este motivo, os demais associados lhes conferem total poder de decisão. Esse “poder concedido” faz com que, o associado em questão, ultrapasse os limites de sua função, como presidente, inclusive tomando decisões que deveriam ser definidas em Assembleia e não de forma individualizada.

Comprovamos essa visão de “patrão” por parte dos associados através da fala de um dos membros do Conselho Fiscal, quando questionado a respeito das reuniões e decisões:

É[...] a gente pode fazer reunião e discutir as coisas, mas tem que ver o que a (presidente) acha. O que adianta a gente ficar brigando, é melhor fazer o que ela mandar[...] assim fica muito mais fácil. (Associado Joaquim).

Com essa fala pode-se observar que não só o “poder é concedido” pelos associados, mas que o presidente se favorece dessa relação para manter sua posição de mandante, recriando a relação patrão/empregado, tanto vivenciada por eles em suas histórias de vida e trabalho.

O Conselho Fiscal também compartilha deste sentimento na medida em que se sente coagido a realizar a verificação das contas da associação e mais ainda em apontar erros ocasionais. O que as pessoas envolvidas no Conselho Fiscal acreditam, não só elas, mas boa parte do grupo,



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

é que correm o risco de desagradar o coletivo e à presidente da associação apontando os erros nas contas e poderem assim ser “demitidos”, reafirmando a relação patrão/empregado. Este sentimento pode ser identificado pelos alunos que acompanham o grupo em diversas situações.

Eles têm verdadeiro medo de ir contra a inércia em que o grupo se encontra em relação à fiscalização financeira. Medo de serem apontados como delatores, medo de irem contra o que está posto. Tal sentimento também é compartilhado pelos demais membros da diretoria, o que dificulta o empoderamento de suas funções também.

Esse receio do grupo em questionar as contas da associação pode ser claramente observado na fala a seguir:

A gente sabe que é importante fiscalizar, mas aqui é complicado. Se você pergunta muito das contas, do salário, eles acham que você está desconfiando deles, achando que eles estão roubando. As pessoas que falavam demais... oh, foram tudo embora! (Associada Vanessa).

A fala desta associada deixa evidente o medo que sente de poder ser, quase que literalmente, demitida, já que esta é uma prática recorrente no atual momento da associação, situação que reproduz a história de trabalho vivida quando ainda não eram membros da associação.

3.2 Fatores externos

3.2.1 Agentes externos e sua relação com a apropriação das funções

Por situar-se ao lado do Aterro Sanitário Municipal, a Associação sempre manteve estreita relação com o poder público local, diretamente com a Prefeitura Municipal, e recentemente com o órgão que presta serviço de fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, que também é responsável pelo Aterro Municipal.

Por esta razão, a associação e seus membros adquiriram amizades e conhecidos dentro de tal órgão. Amizades estas que, devido às características internas do próprio grupo (baixo grau de escolaridade, dificuldade de empoderamento das atividades, questionamento da efetividade da autogestão), tomaram para si algumas das funções da diretoria da Associação, com o intuito de auxiliar os associados. Vale ressaltar ainda que, anteriormente, ocorreu na associação uma intervenção da Prefeitura Municipal, induzindo-os a assinar um Termo de Convênio que em nada os favorecia diante do Poder Público Municipal que, por sua vez, se abstinha de diversos deveres.

Algumas funções que foram praticamente “terceirizadas”, a essa pessoa do órgão em questão, são a de venda do material separado, de realização das contas e balanços e a verificação dos mesmos. Vale ressaltar que este último é de responsabilidade do Conselho Fiscal.

A situação se mantém e faz com que os envolvidos no Conselho Fiscal, e demais membros, se posicionem de forma cômoda frente à realização dessas atividades. Além do comodismo presente há também um sentimento muito forte de paternalismo por parte dos associados que vê o agente externo quase como um “pai”, que se não existisse ou não estivesse presente todo o desenvolvimento da associação seria prejudicado. Em algumas ocasiões, quando



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

questionados quanto a essa relação, os associados se posicionam de forma hostil, como pode ser verificado com a colocação de defesa de um dos associados, ao se referir a esse agente externo, como o “pai” que tanto lhes ajuda.

Quando questionado sobre o real papel desenvolvido por este agente externo, o associado insistiu na importância do mesmo nas atividades da Associação:

Ele ajuda muito a gente aqui, todo mundo gosta dele. Ele vem aqui direto, conserta as coisas, dirige o ônibus quando não tem motorista, vende as coisas pra nós lá em Sertãozinho. Se a gente pedir as contas pra ele, ele traz. Eu não sei porque vocês ficam falando mal dele, ele é o que mais ajuda a gente... (Associado Joaquim).

Desta forma, o trabalho de fiscalização das contas e apresentação destas para o grupo, fica a mercê de uma pessoa de fora do grupo, que não participa de suas atividades cotidianas. Assim, os verdadeiros responsáveis pelo Conselho Fiscal, em uma situação confortável, permanecem alheios aos processos que são de sua responsabilidade.

3.3 Particularidades: o momento em que os fatores externos e internos se mesclam

Como relatado anteriormente, parte considerável dos associados possuem baixo nível de escolaridade ou são analfabetos, tendo como fonte de renda exclusiva o trabalho na Associação, ou seja, dependem do volume de material separado e comercializado no mês. A associação surge como alternativa, visto a dificuldade de reinserção no mercado de trabalho formal. Assim, ao entrarem na Associação, os sujeitos passam a atuar em uma das atividades do processo de triagem do lixo e a conhecer uma nova forma de organização, que é cooperativa e participativa, o que causa estranheza e dificuldade para empoderar-se do funcionamento total da associação.

Mesmo com essas dificuldades, os sujeitos se vêem obrigados a escolher como e quais atividades irão realizar dentro da associação e em determinados momentos inclusive funções estatutárias dentro da Diretoria da associação. Esta situação é resultado da escolha coletiva anterior, que definiu que os associados poderiam cumular a atividade produtiva com funções estatutárias.

Vale destacar que o número de associados é reduzido para propor a separação da atividade produtiva e as funções estatutárias, bem como promover a rotatividade nestas funções, visto que o estatuto define 14 pessoas, considerando inclusive os suplentes. É importante considerar que desse grupo de 14, efetivamente 3 associados (presidente, tesoureiro e secretária) talvez precisassem de um tempo maior diário, para desempenhar sua função estatutária, frente aos membros do conselho fiscal. A possibilidade de separação das atividades produtivas e estatutárias já foi percebida por alguns associados, enquanto visitavam cooperativa similar em uma cidade vizinha, porém não é consenso para o grupo que essa separação deva ocorrer, bem como ter remunerações diferentes.

Eles entendem que aqueles que estariam desempenhando funções estatutárias estariam recebendo no final do mês parte da receita gerada na triagem, sem “realizar o trabalho que todos realizam”. Em parte, a não separação é compreensível, pois o número de associados é



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

reduzido e a não participação de todos resultaria na diminuição do volume triado e, portanto, da receita.

Além disso, observa-se entre os associados de que é preferível que os membros foquem o trabalho físico e não o intelectual, já que é esse que garante a renda mensal, esquecendo-se que depende do trabalho intelectual à sobrevivência legal da associação, como visto na fala de um dos associados:

Se o pessoal ficar aqui embaixo fazendo conta e conferindo tudo o que a gente compra e vende, não vai ter tempo de separar o lixo... e se não separar o lixo a gente não ganha no fim do mês. E não é justo que quem trabalha duro (separando o lixo) ganhe o mesmo que quem fica aqui embaixo na folga. (Associada Tatiana).

Somando-se a isso, há também os problemas externos, como a oscilação do preço dos reciclados e o volume de lixo destinado para a Associação para a triagem, fatores que contribuem para a oscilação da receita ao longo do ano e, portanto, amplia a insegurança quanto à retirada mensal. Assim, para os associados, a não participação daqueles que são responsáveis pelas funções estatutárias na atividade de triagem contribuiria para a insegurança e diminuição da receita. Essa visão do grupo, em parte é compreensível devido à baixa remuneração e as condições de trabalho, no entanto colabora para o descumprimento das atividades ligadas à Diretoria, dentre elas as desempenhadas pelo Conselho Fiscal.

O problema com bebidas alcoólicas é outro problema presente para os associados, inclusive para aqueles que compõem o Conselho Fiscal. Esse problema tem extravasado a zona do particular e atingido todas as atividades desenvolvidas na associação.

A bebida entre os associados, em ambiente de trabalho, tem resultado em problemas de convivência no grupo, como brigas, discussões, agressões verbais e até mesmo físicas são recorrentes entre os associados. Essa situação traz um sentimento de insegurança quanto a sua saúde física e psicológica, o que prejudica o desempenho de suas atividades, tanto produtivas como estatutárias.

Além disso, o alcoolismo amplia a possibilidade de acidentes de trabalho, mesmo que esses sujeitos discordem e indiquem os acidentes como resultado de outra falta e não a bebida. Por outro lado, há aqueles associados que veem o alcoolismo como preocupação, como pode ser observado na fala da associada Vanessa:

Se eles parassem de beber, teria mais respeito um pelo outro aqui dentro. O serviço ia render mais, não ia ter fofoca e nem briga. Mas não adianta falar, eles não tão nem aí [...] A bebida aumenta os acidentes. Quando ele tá bêbado, ele não toma cuidado, não usa óculos, luva [...] fica colocando a mão dentro da prensa. Aí depois que acontece, não adianta reclamar, né?

Desta forma, observa-se que o problema com o alcoolismo de alguns associados atrapalha as relações entre seus membros, bem como, prejudica as atividades desenvolvidas na associação, operacionais e intelectuais. Estas incluem as funções desenvolvidas pelo Conselho Fiscal aqui estudado.



8º ENEDS

Ouro Preto - MG - Brasil - 19, 20 e 21 de Setembro de 2011

4. Considerações Finais

Por não estarem acostumados com o modelo de autogestão os associados não veem a necessidade e importância de assumirem suas funções administrativas dentro da associação. Assim o faz também o Conselho Fiscal que não realiza as atividades a ele designadas e descritas em seu Estatuto, fazendo com que se estabeleça uma lacuna na ideal e correta administração da associação.

A necessidade imputada nas mentalidades dos associados de que haja um padrão para coordenar as atividades e até mesmo as relações entre os indivíduos faz com que o órgão de fiscalização financeira da associação não assuma e não se empodere de suas funções. Estes se sentem amedrontados com a ideia de serem visto como delatores pelos demais membros e, principalmente, pelo atual presidente que em alguns momentos demonstra atitudes autoritárias e antidemocráticas, podendo, na percepção dos membros do conselho, demiti-los a qualquer momento.

O Conselho Fiscal da associação também se encontra em situação de comodismo, não se empoderando de suas funções já que um agente externo as realiza. O grupo entende que trabalho efetivo é aquele desempenhado na produção e aqueles que se dispõem a realizar tarefas administrativas, o fazem apenas para fugir do verdadeiro trabalho. Essa compreensão impacta negativamente na realização do trabalho de fiscalização das contas da associação. Tal fato faz com que a associação se distancie de suas obrigações, repassando para um agente externo, o que pode futuramente provocar situação de ilegalidade.

5. Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, P.P. Autogestão. In: CATTANI, A.D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz editores, 2003.

FIORI, J. L. Estado do bem-estar social: padrões e crises. *Instituto de Medicina Social: Série Estudos em Saúde Coletiva*, n. 117, p. 1-23, 1995.

MAGRO, M. L. P. D.; COUTINHO, M. C. *Os sentidos do trabalho para sujeitos inseridos em "Empreendimentos Solidários"*. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 4, p. 703-711, out./dez. 2008.

MTE. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Atlas da Economia Solidária no Brasil*, 2005. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_atlas.asp> Acesso em: 17/06/2011.

MUCELIN, C. A.; BELLIN, M.. *Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano*. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, p.111-124, jun. 2008.

PANTALEÃO JÚNIOR, M. J. P. *Economia Solidária: Estratégias de resistência dos trabalhadores à reestruturação produtiva e às políticas neoliberais*. Monografia apresentada para conclusão do curso de Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 165 p. Porto Alegre: 2005.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2000.

VERARDO, L. Construindo autogestão e parceria solidária. In: MELLO, S. L. (Org.). *Economia Solidária e Autogestão – Encontros Internacionais*. São Paulo: PW Gráficos e Editores. 2005.